

VII . PAISAGEM EM TERRAÇOS: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A SUA PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

PINA, MARIA HELENA M. ; HERMENEGILDO, CARLOS

RESUMO

Nos territórios onde impera a forte ruralidade, como aconteceu no início do século XXI no Norte de Portugal, particularmente quando se abandona a faixa litoral, sobressai uma pluralidade paisagística que decorre de múltiplos factores. Evidenciam-se, contudo, as paisagens em terraços, construções que reflectem um condensado de interferências tão diversas como as morfológicas, as económicas, as sociais ou as culturais.

Perante a perda de dinamismo dos territórios rurais, decorrente não só do declínio demográfico mas, sobretudo, da estagnação/retrocesso do sector agrícola, há que proceder a uma análise das dinâmicas destas unidades territoriais num contexto conducente à percepção e posterior implementação de estratégias que privilegiem o território e, de modo muito particular, as suas componentes paisagística e social. Com efeito, permanecendo o sector agrícola dominante nestes espaços, mas estando marcado por problemáticas diversas que incluem a frágil estrutura fundiária, o deficiente perfil do agricultor, ou ainda a adopção de novas técnicas, verifica-se um cenário onde o aumento da produtividade pode estar associado à descaracterização da paisagem, colocando em causa não apenas a sua preservação, mas também a sua sustentabilidade.

Focando duas unidades territoriais distintas, nomeadamente o concelho de Baião inserido no NW e os concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião localizados no Alto Douro, mas onde a paisagem de terraços persiste, propõe-se neste estudo uma reflexão sobre a temática da sua preservação num contexto onde a sustentabilidade também esteja sempre presente.

Palavras-chave: paisagem de terraços, património, sustentabilidade, preservação

1 - Comunicação apresentada nas Jornadas sobre Terraços e Prevenção de Riscos Naturais, Parque de Tecnologias Ambientais de Maiorca, Palma de Maiorca, 14-16 de Setembro de 2006.

INTRODUÇÃO

Num território como o do Norte de Portugal, onde ainda impera a forte ruralidade, sobretudo quando se abandona a faixa litoral e se avança para o interior, sobressai uma pluralidade paisagística reflectora da diversidade de atractivos e potencialidades autóctones, mas também da multiplicidade de problemáticas que a envolve. Esta pluralidade paisagística decorre de vários factores, como os histórico-culturais, os económicos, os sociais, ou ainda os paisagísticos e os ambientais.

Alguns elementos destas paisagens são, contudo, incisivos e retratam as formas como o homem, de acordo com a época e as técnicas então vigentes, tentou ultrapassar as contrariedades de âmbito social e ambiental com que se defrontava. Assim surgiram os terraços, entre outros elementos morfoconstructores da paisagem, como são também as estruturas associadas à retenção dos aquíferos e os canais de irrigação que lhes estão associados. Estas infra-estruturas aproveitavam o substrato geológico local, razão pela qual eram construídas em granito nas áreas onde ele impera e em xisto nos espaços onde esta rocha sedimentar prepondera. Os principais traços morfológicos de toda esta engenharia construtora da paisagem¹, correspondem a uma adaptação ao declive da vertente, bem como aos recursos hídricos a canalizar. Com estas construções procurava-se a sustentabilidade social e ambiental destes espaços, num contexto onde a sobrevivência dos residentes era a prioridade. Em casos especiais, para a transformação destas paisagens juntava-se um outro condicionalismo, a existência de um contexto económico privilegiado, como sucedeu com a produção vitivinícola no Alto Douro. Assim, surgiram as paisagens em terraços, sob um impulso mais ou menos acelerado, de acordo com as potencialidades locais e os agentes que sobre elas actuavam.

Com o evoluir dos tempos, numa adaptação a múltiplas contingências, como os acréscimos demográficos, preponderantes até meados do século XX e o perfil sócio-cultural dos residentes, ou ainda a incidência de crises económicas ou fitossanitárias nestes espaços, registaram-se alterações diversas que iam deturpando a anterior paisagem, destruindo equilíbrios pré-estabelecidos e colocando em causa a preservação deste património. É o caso da paisagem vitícola duriense. Estas transformações aceleraram-se a partir da década de oitenta do século XX, quando se privilegiou o aumento da produtividade, introduzindo para tal novas técnicas de trabalho e de “armação de terreno”, que, apesar de alheias a estes espaços, determinaram a adulteração paisagística e, por vezes, a sua destruição.

Pelo contrário, quando se incide em espaços rurais onde os atractivos económicos são limitados e as acessibilidades são deficientes, e se a esta conjuntura se adicionar ainda o declínio demográfico, surge então um outro motivo delapidador destas paisagens: o abandono. Na realidade, ao abandonar solos férteis e profundos, facilmente irrigados, facilita-se a propagação de espécies infestantes que acabam por degradar e destruir infra-estruturas como os terraços, ou os seculares canais de irrigação. Assim se coloca em causa a sustentabilidade destas paisagens e se degrada o património.

Dada a existência de diversas cambiantes regionais e interferências múltiplas, seleccionou-se para este estudo quatro concelhos: Baião, Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião. Eles representam realidades bem diferenciadas, mas demonstrativas, já que Baião se insere no quadro territorial do NW português e os restantes concelhos, que constituem uma unidade paisagística homogénea, retratam o Alto Douro vinhateiro. Ape-

1 - Designadamente a altura e a profundidade dos terraços, bem como os respectivos muros de suporte, predominantemente em pedra seca.

sar da sua contiguidade territorial (Figura 1)², estes concelhos ostentam também distintos enquadramentos geomorfológicos, históricos e sócio-económicos, o que enriquece esta análise.

Neste artigo há que questionar o quadro actual, as suas dinâmicas e os factores mais incisivos que possibilitam a preservação ou a transformação/destruição destes espaços, mas num contexto onde a sua sustentabilidade esteja assegurada, apesar das evidentes vulnerabilidades observadas.

ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Embora implantados em pleno vale durien- se, os concelhos em análise constituem duas unidades territoriais distintas, representando uma, Baião, a unidade de feição mais atlântica, com substrato granítico, e a outra, a que abarca os restantes concelhos, o Alto Douro vi-

nhateiro. Nesta última, o granito foi substituído pelo complexo xisto-grauváquico e o clima é já de matriz mediterrânea.

Há, porém, algumas similitudes entre as duas unidades, já que no plano morfológico, por exemplo, as duas unidades territoriais são constituídas por declives que, com frequência, ultrapassam os 35°, sendo particularmente incisivos acima dos 450 metros de altitude. A interrupção deste modelado surge apenas entre os 150 e os 450 metros de altitude, secção com melhor enquadramento geoclimático e edáfico, condicionalismo, aliás, aproveitado pela população para aí implantar os lugares habitados que envolveu por espaços agricultados.

Mas as diferenciações existentes entre as duas unidades territoriais em análise não se esgotam na base geológica, ou nas características climáticas, apesar de estes condicionalismos interferirem no tipo de ocupação do solo e na respectiva valorização social. Com efeito, também as respectivas historiografias as dis-



Fig.1 - A Área de Estudo e a Região Norte de Portugal

2 - A recolha da informação estatística e o respectivo tratamento, bem como a realização das figuras inseridas neste artigo são da autoria de Carlos Hermenegildo, facto que muito se agradece.

tinguem. Inicie-se esta abordagem por Baião.

De uma forma muito abreviada, registre-se que foi sobretudo a partir da Idade Média que este território sofreu adaptações diversas, quando se multiplicaram os arroteamentos, substituindo-se então a densa cobertura arbórea que envolvia o rio Douro por espaços agricultados, onde se implantou uma policultura de baixa produtividade. Por outro lado, para ultrapassar os elevados declives, sucediam-se os terraços, técnica privilegiada para a sustentação dos solos agrícolas num espaço onde a sobrevivência dos agregados familiares decorria do rendimento do minúsculo património fundiário que possuíam, e/ou das jornas efectuadas nas quintas. Trata-se de um património que se subdividiu geracionalmente, multiplicando-se, assim, as explorações agrícolas de área insignificante, com os blocos agrícolas dispersos pela paisagem, sempre associados a terraços delimitados por muros construídos em granito aparelhado, cuja manutenção exigia o apoio de toda a família.

Correlativamente, no caso de haver nas proximidades uma linha de água, através de uma engenharia muito incipiente, criavam-se as “poças” e os canais de irrigação adstritos. Assim se aumentou a produtividade e se sustentaram os aumentos demográficos existentes até meados do século XX, num cenário onde a agropecuária subvencionava a economia local.

A situação era precária e só a partir da segunda metade da década de setenta do século XX se registou uma expansão e diversificação económica regional associada à melhoria das acessibilidades. Mas, simultaneamente, incrementaram-se os fluxos migratórios, avolumando-se os abandonos dos espaços agrícolas em Baião, sobretudo dos que possuíam pior enquadramento físico e dos que se encontravam mais afastados da sede da exploração agrícola. Assim se reduziu a manutenção dos terraços

tradicionais enquanto a vegetação infestante proliferava, diminuindo a coalescência dos muros, o que facilitava o seu desmoronamento. Apesar de escassas, persistem contudo, na actualidade, algumas explorações agrícolas bem dimensionadas e que ostentam uma elevada rentabilidade, como é o caso da Fundação Eça de Queirós, localizada em Santa Cruz do Douro. Esta fundação investiu num vinho verde de elevada qualidade, o “Tormes”.

Eis, pois, alguns dos traços organizacionais desta paisagem representativa do NW português. Prosseguindo para Leste e penetrando na segunda unidade territorial em análise, constituída pelos concelhos vitivinícolas do Alto Douro, a paisagem transforma-se radicalmente. Com efeito, embora persistam alguns traços de continuidade, como os fortes declives, as diferenças, porém, acumulam-se. Se em Baião sobressaía um solo granítico, no Alto Douro vinhateiro³ o substrato geológico é constituído por xisto-grauvaques. O clima é de matriz mediterrânea, com precipitações anuais já inferiores a 900 mm e em regressão acelerada quando se caminha para oriente.

Foi, contudo, o seu historial que diferenciou esta unidade territorial da anterior. Espaço delimitado administrativamente em 1756, a Região Demarcada do Douro (RDD), ao longo dos seus 250 anos de história, sobreviveu a diversas vicissitudes de âmbito social, económico, climático e fitossanitário. Aqui se desenvolveu um sector vitivinícola mercantilista, com forte incidência empresarial e com uma vertente exportadora indelével que motivou a transformação radical de um espaço com deficiências hídricas e acessibilidades muito precárias num cenário paradigmático. Assim surgiu uma paisagem em terraços de xisto, onde a acção antrópica criou o solo e aproveitou os blocos provenientes da desagregação xística para a construção dos muros de suporte, bem como

3 - Recorde-se que esta unidade territorial é exemplificada neste artigo representado pelos concelhos de Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua.

dos canais de escoamento das águas pluviais, exemplo de uma “engenharia hidráulica” notável para a época.

Obviamente que estas características técnicas evoluíram ao longo dos tempos, sobretudo na sequência de crises profundas como foi a filoxera, mas também em quadros expansionistas como sucedeu a partir da década de setenta do século XX. Esta dinâmica foi interrompida em 2001/2002. Mas, até então, como o cenário era apelativo, observou-se uma expansão da vinha, proporcionando que, nos núcleos de maior historial, esta cultura já ocupe mais de 70% da área total e, nas freguesias menos atractivas, ultrapasse, ainda assim, os 30%. O contraste com Baião é profundo. Com efeito, neste último concelho, a vinha apenas em casos excepcionais ocupa 15% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), multiplicando-se, pelo contrário, as freguesias onde as videiras apenas envolvem as habitações e os seus acessos.

Este quadro reflecte ainda a orgânica vitícola regional. Efectivamente classificou-se os vinhedos de acordo com as características técnicas dos prédios rústicos e com a qualidade das castas, aproximando-se do rio Douro os de melhor qualidade, matriz que se prolonga até cerca dos 350 metros. Ascendendo nas vertentes, a qualidade regride, razão pela qual a vinha é já exígua acima dos 500 metros de altitude. Acresce que as produções que subsistem, foram direccionadas para vinhos não licorosos, obedecendo a imposições técnicas, razão pela qual a vinha é substituída com frequência por

pomares e floresta. Não obstante, nestas freguesias durienses mais periféricas em termos vitícolas, dada a existência de solos a preço acessível e antevendo uma possível “transferência”⁴ lucrativa, ainda assim incrementa-se a vinha. Prossegue, pois, a ampliação dos vinhedos, e, conseqüentemente, da SAU, se bem que de uma forma contida.

Nas freguesias ribeirinhas, pelo contrário, inscrevem-se as grandes apostas empresariais, que investiram na expansão e na renovação dos vinhedos, adoptando mesmo novas técnicas na “armação do terreno”⁵, facilitadoras de uma maior taxa de mecanização, mas também da descaracterização deste espaço⁶. Nas restantes explorações, as renovações são contidas. De facto, apesar de o cenário cultural e paisagístico apresentado ser favorável, o sector vitivinícola duriense apoia-se numa estrutura fundiária preocupante e num quadro social débil, cenário que se agrava quando surgem excedentes vínicos. Neste contexto, abrevia-se os trabalhos agrícolas e desleixa-se a manutenção dos muros, começando a surgir os abandonos. Todavia, nos concelhos vitícolas em análise, raramente estes atingem os 3% de SAU⁷. Apesar destas problemáticas, existe rentabilidade e há que preservar esta paisagem, até porque a sua multifuncionalidade está a ser potencializada.

Eis duas paisagens distintas onde os terraços se multiplicam, se bem que distintos e envoltos em dinâmicas diferenciadas, visto que, enquanto em Baião as apostas empresariais são exíguas, generalizando-se o abandono das

4 - Quando os vinhedos de menor qualidade necessitam de uma reestruturação, os seus proprietários solicitam uma licença com tal objectivo. Posteriormente vendem-na a quem se habilitar, embora, na generalidade dos casos, sejam as firmas produtoras, capitalizadas, as suas aquisitoras. Estas, munidas da autorização, substituem os espaços ainda ocupados pelo olival, floresta ou mato que subsistem nas suas quintas pelos vantajosos vinhedos. O proprietário que vendeu a licença é obrigado, por sua vez, a destruir o vinhedo que foi “transferido” para espaços onde se produz vinho de melhor qualidade.

5 - Na década de setenta surgiram os terraços com taludes em terra, enquanto a partir dos anos oitenta se implantou a vinha ao alto (até 35° de declive), técnica alheia à Região. Pontua também a vinha em patamares e, ocasionalmente, em espaços onde o declive se suaviza, a vinha sem armação de terreno.

6 - Existem, porém, outras intervenções que alteram o equilíbrio destas paisagens, como foi a anulação dos canais de escoamento, ou o seu soterramento, ou ainda a transformação em termos morfológicos do relevo.

7 - Já em Baião os abandonos podem atingir os 18% dos prédios, valor que tende a ampliar-se rapidamente.

explorações agrícolas e a degradação da paisagem, no Alto Douro vinhateiro, dada a rentabilidade vínica e a forte aposta empresarial, apesar de se sucederem os atropelos paisagísticos, prossegue uma paisagem de terraços em mutação, mas com especificidades que proporcionaram a classificação de uma parte como Património da Humanidade.

ALGUMAS PROBLEMÁTICAS NA ACTUALIDADE

A estrutura fundiária

Debatendo-se estas paisagens, na actualidade, com múltiplos problemas que obstem à sua preservação, há que questionar as responsabilidades atribuíveis a parâmetros fulcrais, como os que decorrem da estrutura fundiária, ou ainda os reflexos da persistência de um agricultor com um perfil sócio-cultural deficiente, quadro que dificulta o controlo dos atropelos que conduzem à degradação paisagística. Na tentativa de responder a estas questões, analisar-se-ão alguns dos indicadores mais significativos inseridos nos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999 (INE).

Infelizmente, a primeira constatação a fazer é de que, no final do século XX, embora o sector agrícola continuasse a dominar a estrutura económica da área em análise, o seu enquadramento era muito precário, característica mais visível em Baião. Com efeito, neste concelho sobressaía uma paisagem onde a morfologia montanhosa se associava a uma agropecuária tradicional, de estrutura familiar, insolvente em termos económicos, pelo que proliferava o abandono dos espaços agrícolas e o despovoamento. Como, no espaço duriense sobressaía sobretudo um contexto economicista, associado ao Vinho do Porto e secundado pela produção de outros vinhos DOC, VQPRD e vinhos regionais, aí o cenário era positivo. Neste contexto, há que evidenciar as principais

directrizes destes dois espaços agrários, particularmente a sua estrutura fundiária.

Iniciando esta análise por um parâmetro básico, a dimensão média das explorações agrícolas (S.A.U.), verificamos que, apesar deste item ser insuficiente para a caracterização da estrutura fundiária, este espaço já em 1989 era problemático, particularmente nos lugares implantados a maiores altitudes e localizados em Baião. Na verdade, embora a dimensão média das explorações neste concelho atingisse os 4,12 ha, as assimetrias multiplicavam-se, surgindo os valores mais significativos nas freguesias onde persiste o impacto de antigos domínios monásticos ou senhoriais, a que se associavam as áreas com forte implantação de baldios. Estes valores, ainda assim, situavam-se entre os 4 ha e os 7,6 ha, mas eram as explorações de 1,47 a 3,5 ha que dominavam. Esta situação ainda se degradou em 1999, sendo excepção as freguesias onde se concretizaram investimentos recentes na vinha ou nos pomares, geralmente localizadas nas proximidades da RDD, com condições de acessibilidades que asseguram o escoamento das produções.

O cenário apresentado, apesar de preocupante, desanuvia-se na unidade territorial duriense. Com efeito, embora em 1989 as explorações agrícolas aqui sedeadas apresentassem uma dimensão média de cerca de 2,5 ha, por conseguinte, inferior à de Baião, os seus proprietários fundamentavam as suas actividades numa cultura de valor económico muito elevado, isto é, a vinha e a produção do Vinho do Porto. As assimetrias territoriais multiplicavam-se, proporcionando que, em múltiplas freguesias de Mesão Frio e em Santa Marta de Penaguião, esse valor não ultrapassasse sequer 1,8 ha. Evidenciava-se, efectivamente, uma estrutura fundiária muito problemática, de modo particular nas freguesias localizadas a maiores altitudes, direccionadas a Norte e com enquadramento menos propício à vinha.

Em oposição, nas freguesias vitícolas de

maior implantação empresarial, a dimensão média das explorações agrícolas ultrapassava os 5 ha. Aí persistiam algumas explorações com área superior a 20 ha, viáveis em termos económicos, mas a envolvê-las existia um emaranhado de pequenos prédios rústicos de agricultores autónomos. É um quadro muito dicotómico e diferenciado que se evidencia, sucedendo-se as freguesias onde 50% a 75% das explorações nem 1 ha atingem, mas envolvendo quintas, como a do Côtto (Mesão Frio), com 116 ha, ou a das Murças (Peso da Régua), com 138 ha.

Perante este cenário, não se estranha que, decorrida uma década apenas, ou seja entre 1989 e 1999, se tenha registado uma redução do número de explorações, decréscimo que, em Baião, ultrapassou os 40%, incidindo particularmente nas freguesias de maior declive e elevado parcelamento das explorações agrícolas (Figura 2), a que se juntou a sede concelhia, dada a absorção de SAU aí concretizada pela expansão urbana. Obviamente as apostas empresariais agrícolas são inexistentes nestas freguesias.

Já nos concelhos integrados na RDD e para o mesmo período, as reduções do número de explorações foram mais contidas, visto que raramente ultrapassaram os 20%. Recorde-se ainda que, enquanto em Baião a redução corresponde, na generalidade dos casos, a abandonos, no espaço vitícola duriense a recessão equivale maioritariamente a “absorções” que as firmas concretizam ao adquirirem prédios contíguos às suas quintas.

Perante este enquadramento, também a SAU recuou e, por vezes, de forma significativa, como era visível em Baião, onde estas recessões ultrapassaram os 50% em apenas uma década. Com efeito, se se excluir as freguesias onde se registaram maiores expansões dos núcleos urbanos, é na paisagem granítica que os declínios são mais nítidos, quer em número de explorações, quer em SAU (Figuras 2 e 3). O espaço vitícola é menos afectado, dado o cenário que envolve a produção de Vinho do Porto, sobressaindo mesmo acréscimos significativos nas freguesias onde sobejam espaços não ocupados pela vinha e com potencialidades para

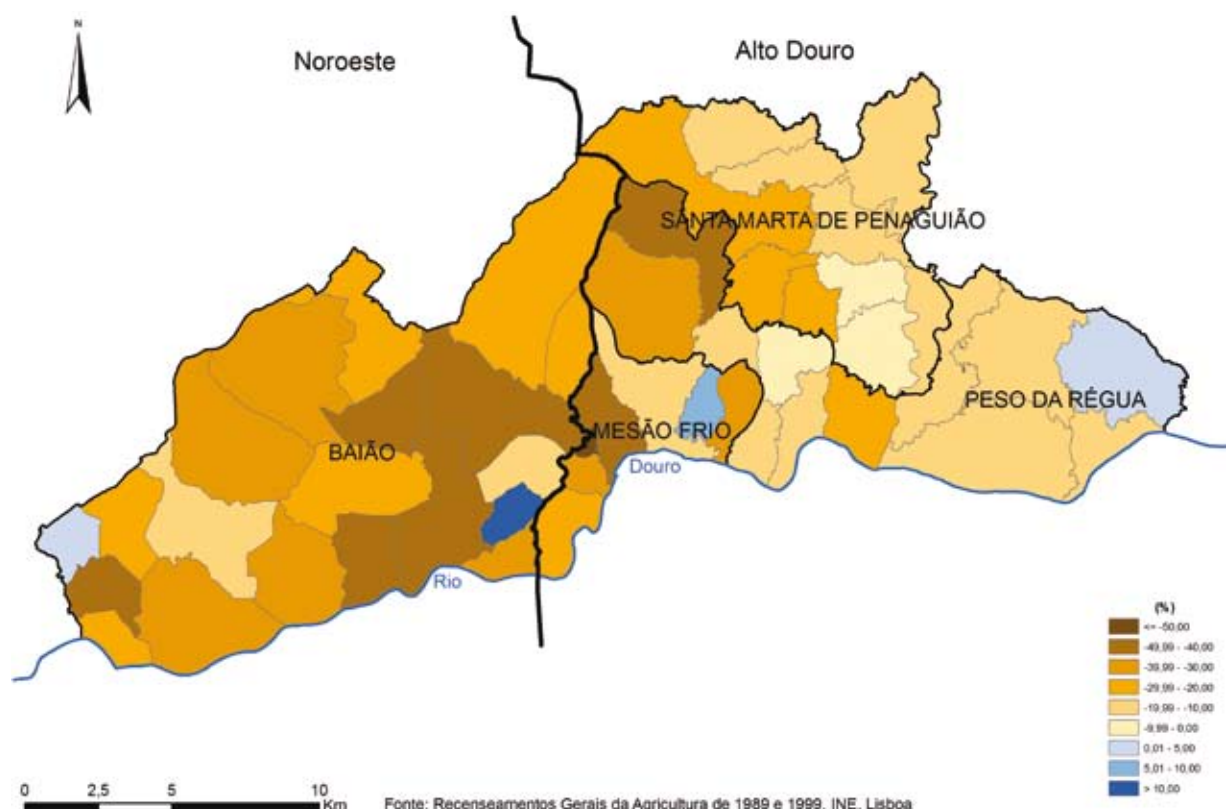


Fig.2 - Variação do Número de Explorações Agrícolas nas Freguesias da Área de Estudo entre 1989 e 1999

tal, ou naquelas onde se concretizaram investimentos empresariais. Apesar dos problemas referenciados, a RDD ostenta em 1999 alguma viabilidade económica, o que a destaca relativamente ao restante espaço.

Esta situação ainda adquiria matizes mais graves se se analisar o grau de subdivisão das explorações agrícolas. Com efeito, embora no espaço vitícola dominassem as explorações com 2 a 4 blocos, estes valores acentuavam-se nas freguesias menos valorizadas em termos vitícolas, designadamente naquelas onde o declive era muito acentuado e a altitude era menos favorável à obtenção dos vinhos mais encorpados. Aí multiplicavam-se os blocos com menos de 2500 m². O enquadramento era preocupante.

Todavia, também em Baião o parcelamento das explorações era inviabilizante em termos económicos, visto que, embora o número médio de blocos com SAU por exploração também se situasse entre 2 a 4, o seu número aumentou em 1999 nas freguesias com maiores declives. Assim se foi degradando o quadro fundiário,

restringindo-se a dimensão média dos blocos na freguesia de Frende, por exemplo, a 3800 m², embora dominassem valores entre 0,5 e 1 ha. Assim se deteriorava o quadro social.

Já na RDD, apesar da situação também ser precária, nas freguesias onde incidiram fortes investimentos empresariais, como foi o caso de Canelas, não só aumentou a dimensão média dos blocos entre 1989 e 1999, como se ultrapassou os 3 ha por bloco em 1999 (Figura 4). Com efeito, se, nas freguesias mais periféricas, o número médio de blocos aumentava, comprovando o progressivo parcelamento, nas mais próximas do rio Douro, ou dos núcleos históricos vitícolas, a situação invertia-se. Este enquadramento favoreceu a progressiva subalternização do sector agrícola, bem como os abandonos, dificultando a divulgação de inovações, para além de exigir um elevado número de assalariados, cada vez mais escassos. Assim se minimizava a manutenção dos terraços e dos muros de suporte, dados os dispêndios que eles exigem.

Este quadro ainda se deteriora nas fregue-

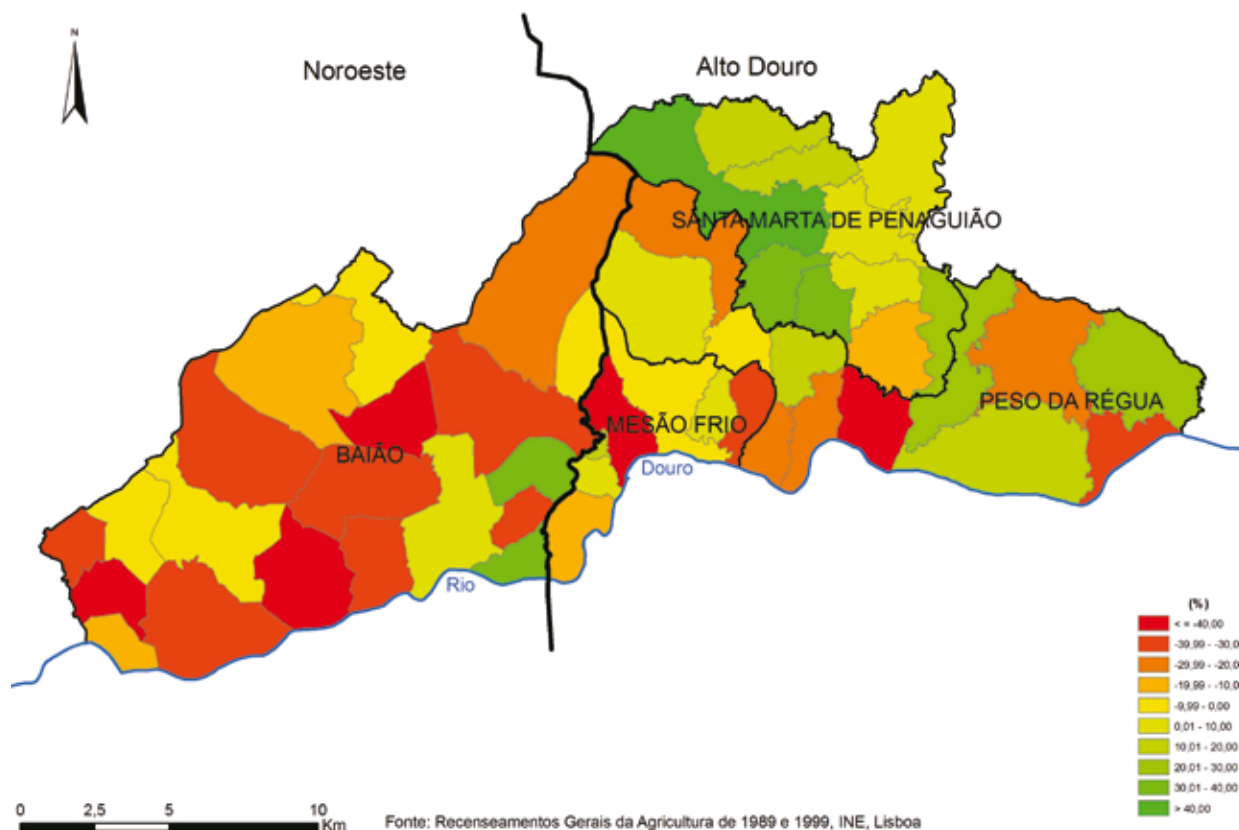


Fig.3 - Variação do Número de Explorações Agrícolas nas Freguesias da Área de Estudo entre 1989 e 1999

sias de Baião, onde as apostas empresariais são diminutas, multiplicando-se as freguesias em que apenas subsistem produtores singulares autónomos. As excepções localizam-se a Sul, como sucede em Santa Cruz do Douro e Ribadouro, mas, ainda assim, apenas nos quadros mais favoráveis o valor se aproxima dos 15%, enquanto nos restantes, onde ainda pontuam algumas experiências empresariais, elas não abarcam sequer 8% das explorações.

As unidades de matriz empresarial incidem sobretudo no espaço vitivinícola duriense (Figura 5). Na verdade, o ascendente e a valorização económica que o vinho do Porto detém justifica o valor significativo de produtores empresários, excedendo mesmo os 40% nas freguesias ribeirinhas do Peso da Régua, ou nas que se integram no núcleo vitícola histórico de Santa Marta de Penaguião. Apenas nas freguesias com menor implantação da vinha, localizadas a maiores altitudes e direccionadas predominantemente a Norte, as unidades empresariais podem ser inferiores a 10%.

Perante o cenário apresentado, não é de

estranhar que a mecanização seja muito incipiente nas duas unidades territoriais em análise, dada a estrutura fundiária encontrada. Com efeito, raramente se encontra mais de 10% de explorações onde haja tractores já que, na generalidade dos casos, os únicos meios mecânicos de apoio às explorações que possuem algum significado são as máquinas de pequena dimensão, como os motocultivadores ou os pulverizadores/pulvilhadores. As excepções incidem nas freguesias em que persistem famílias nobiliárquicas, ou naquelas onde pontuam fortes apostas empresariais, como sucede em Canelas. Aí, em 1999, existiam trinta explorações com tractores, aquelas que tinham apostado na renovação dos vinhedos.

Em síntese, a estrutura fundiária permanecia em 1999 muito precária na área em análise, aprofundando-se as clivagens pré-existent e agravando-se a situação em Baião. Evidenciavam-se fortes contrastes territoriais, caracterizando-se os espaços menos favorecidos em termos vitícolas por uma estrutura de tipo familiar e por explorações inviáveis em termos

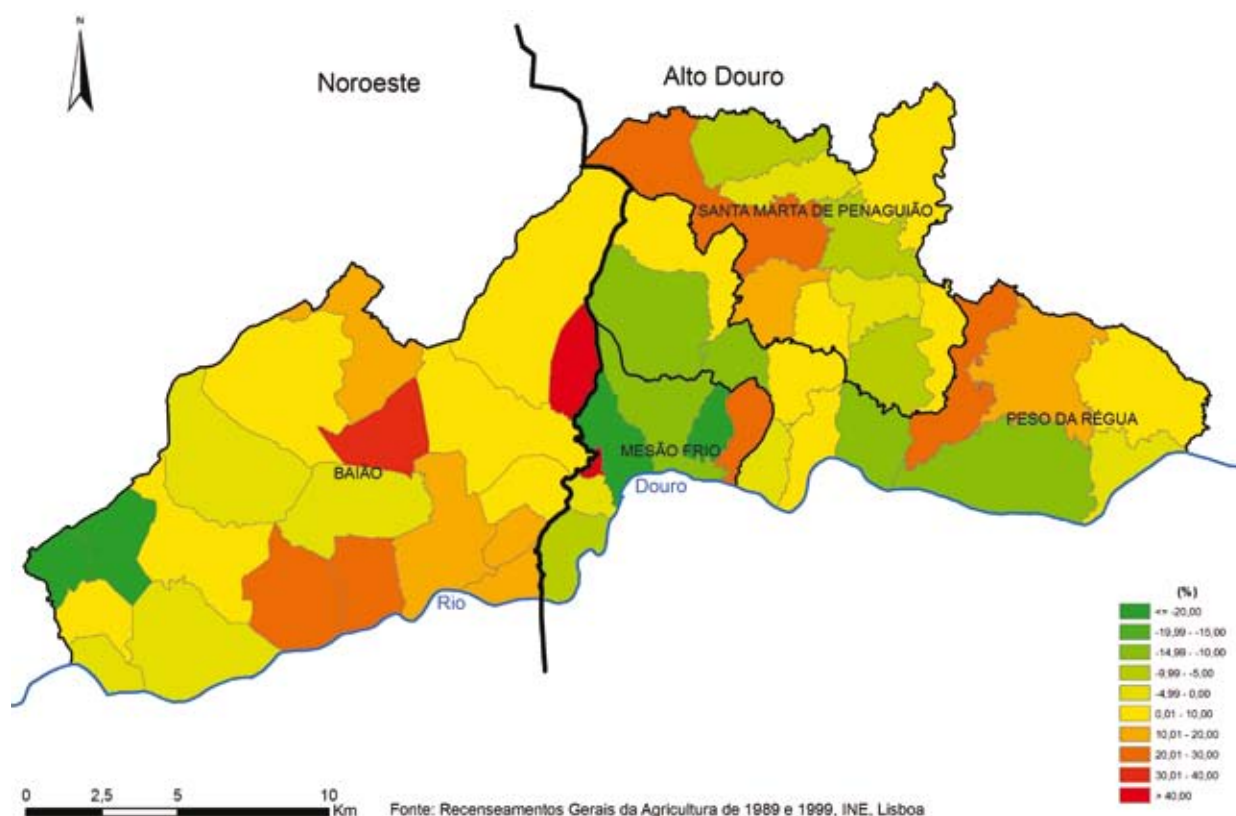


Fig.4 - Variação do Número Médio de Blocos por exploração agrícola nas freguesias da área de entre 1989 e 1999

económicos, particularmente se persistia uma policultura tradicional, como sucedia em Baião. Este quadro, para além de ter fortes raízes históricas, reflectia a interferência de factores de ordem física e de parâmetros de âmbito social, mantendo-se sobretudo o sector vitícola, mas à custa da minimização dos trabalhos agrícolas e da manutenção de todo o tipo de infra-estruturas, nomeadamente dos terraços.

O quadro humano de apoio às explorações agrícolas

Este quadro fundiário preocupante, teve obviamente repercussões no perfil cultural do agricultor. Na verdade, sobretudo em Baião, dominava uma população envelhecida, desmotivada, cujo número recuou mais de 50% em apenas uma década. Na região vitícola, porém, embora o grau de envelhecimento dos produtores também se verifique, a persistência de um quadro económico ainda atractivo, tem contido a redução do número de produtores, pelo que são ocasionais os decréscimos superiores a 20%.

Convém, no entanto, especificar um pouco mais o quadro social, designadamente a estrutura etária dos produtores, até porque também este parâmetro vai diferenciar as duas unidades territoriais em análise. Na realidade, embora os produtores que ultrapassaram os 65 anos abranjam cerca de 30% a 45% do total, nas freguesias que registam apostas empresariais o quadro social melhora (Fig.6). No entanto, essa melhoria não é significativa, visto que, se se expandir o grupo de análise até aos 55 anos, constata-se que cerca de 55% a 85% dos agricultores se inserem neste grupo. Embora ocasionalmente, na RDD ainda incidem valores inferiores a 55%. O grupo dos produtores agrícolas está efectivamente muito envelhecido, quadro que, associado à precariedade da estrutura fundiária, dificulta não só a adopção de novos conhecimentos técnicos, mas também a implementação de novos investimentos e a manutenção de infra-estruturas, como os terraços tradicionais, particularmente nas freguesias implantadas a maiores altitudes, ou naquelas onde, dada a proximidade a um nú-

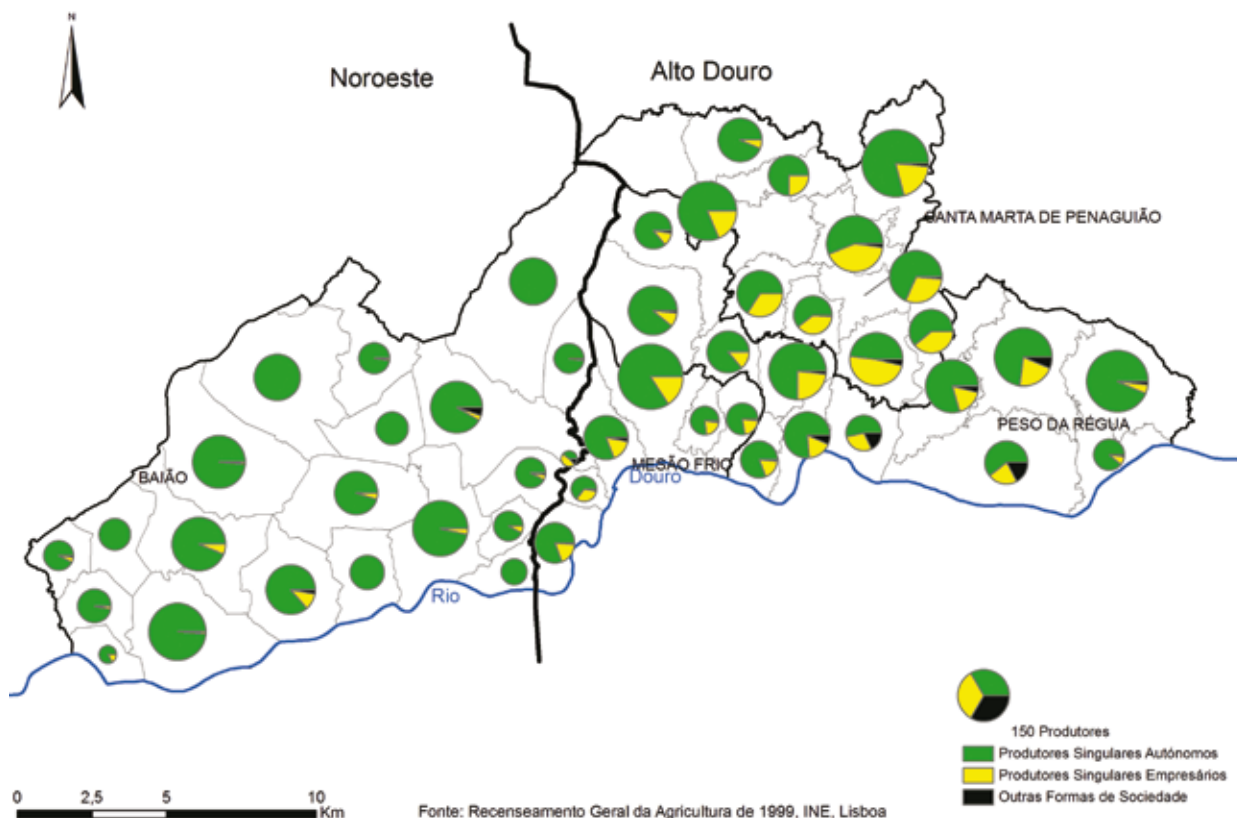


Fig.5 - Natureza Jurídica dos Produtores Agrícolas nas freguesias da área em estudo em 1999

cleo urbano polifuncional, apenas os mais idosos persistem com as actividades agrícolas.

Outro aspecto a referenciar relaciona-se com as habilitações literárias e a formação técnica dos agricultores (Figura 7). Infelizmente, também neste âmbito o quadro é preocupante, visto que, em 1999, em Baião, persistiam freguesias onde mais de 50% dos produtores agrícolas não possuíam qualquer instrução. Tal situação verifica-se nas freguesias do extremo norte do concelho, em plena serra da Aboboreira. Sobressaem, contudo, nesta unidade valores próximos dos 40%. Em relação aos restantes, é a formação básica que domina, abrangendo 40% a 69% do total. Níveis mais elevados de escolaridade são ocasionais, sendo múltiplas as freguesias onde nenhum produtor ultrapassa o nível básico.

Já no espaço vitícola duriense o panorama é mais favorável, mas, ainda assim, preocupante. Na realidade, apesar de os analfabetos abrangerem 18% a 25% do total de produtores, também pontuam valores superiores a 35% em algumas freguesias localizadas a Norte. Con-

tudo, é de igual modo o nível básico que prevalece, abrangendo entre 60% e 75% dos produtores agrícolas, sobressaindo aqui o Peso da Régua. Aqueles produtores que alcançaram os níveis médio ou superior podem ultrapassar os 10%, mas encontram-se sempre nas freguesias mais privilegiadas em termos vitícolas, designadamente no Peso da Régua e em Santa Marta de Penaguião.

Obviamente que a geração mais nova apresenta um quadro mais favorável, multiplicando-se os agricultores que ultrapassam o nível básico, embora também neste grupo seja este o nível dominante; os que o excedem obtêm formação em tudo alheia ao sector agropecuário. Aliás, salvaguardando as unidades empresariais e as quintas de maior dimensão, efectivamente rentáveis, coordenadas por produtores com formação agrícola superior, nos restantes casos a formação é empírica, de transmissão geracional. Neste contexto, são escassos os agricultores que conhecem a diversidade de fundos comunitários a que podem aceder e ainda menos os que sabem como apresentar

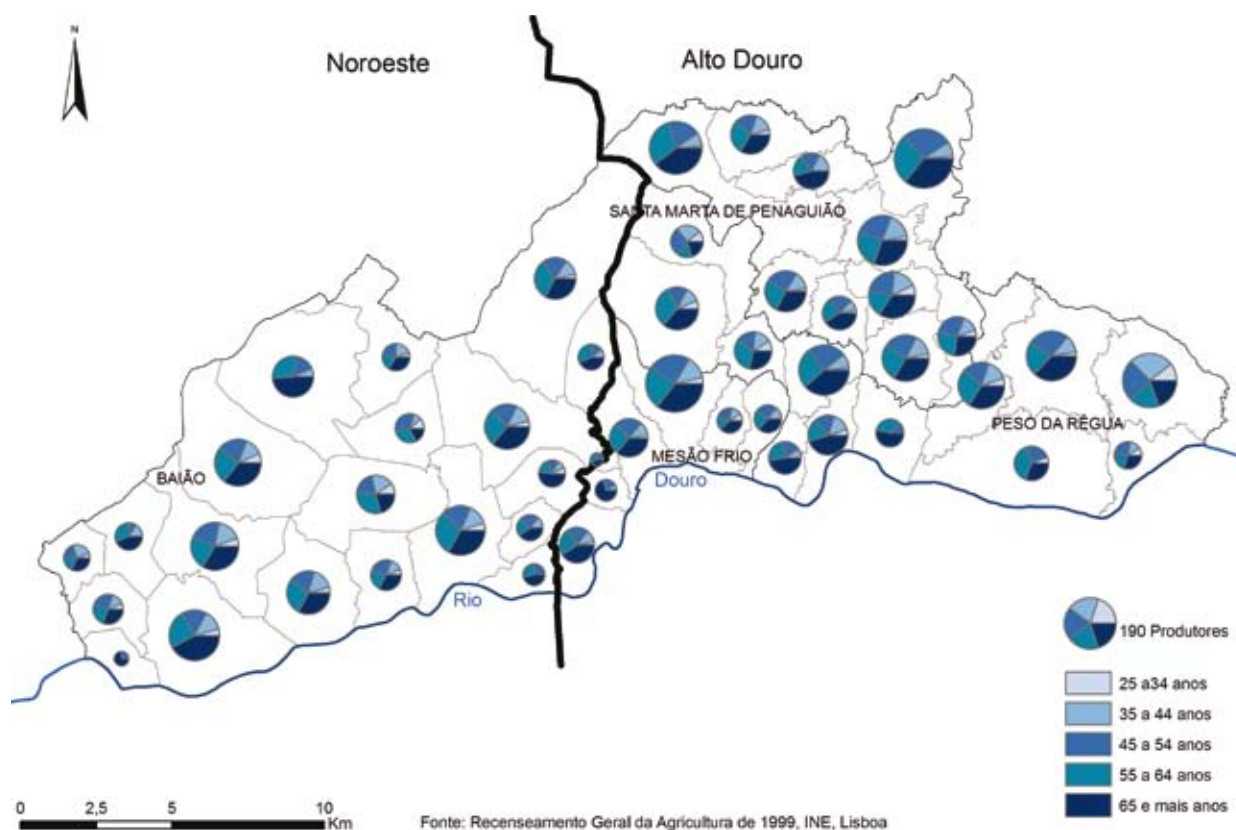


Fig.6 - Idade dos Produtores agrícolas nas freguesias da área em estudo em 1999

um projecto. Aliás, o deficiente quadro fundiário inviabiliza o concurso a título individual e, por desconhecimento ou porque se encontram fortemente arraigados a um individualismo retrógrado, os agricultores só lentamente aderem a tais iniciativas. Há que alterar este cenário.

Convém ainda fazer algumas referências à mão-de-obra assalariada, outro parâmetro que diferencia os dois espaços. Com efeito, dado o quadro fundiário apresentado, não é de estranhar que em 1989, em Baião, fossem ocasionais as explorações que recorriam a assalariados permanentes. Tais casos coincidiam com as apostas empresariais no vinho verde, no kiwi ou na castanha. Já na RDD eram raras as freguesias onde não existiam assalariados permanentes e os casos negativos localizavam-se nas faldas do Marão (Figura 8). Nas restantes, sobretudo no Peso da Régua, registavam-se mais de 130 assalariados, embora o número médio de assalariados por exploração fosse reduzido, 2 a 3, e nas freguesias implantadas mais a Norte somente 1 por exploração.

Cada vez mais os assalariados são angariados nas freguesias não vitícolas, designadamente em Baião.

A correlação existente entre o menor grau de parcelamento e a incidência das apostas empresariais, associada ainda à melhor valorização dos vinhos durienses, justifica este cenário. No entanto, já em 1999 se salientava uma redução do número destes assalariados, redução que em geral ultrapassava os 50%. Era o reflexo da dificuldade na obtenção de mão-de-obra em idade activa, conjugado com uma maior taxa de mecanização. Acresce que, sobretudo nas freguesias vitícolas que apresentavam pior enquadramento à produção de vinhos de qualidade, já só se recorria a mão-de-obra eventual. Mas até estes trabalhadores eram escassos, situação ainda mais grave em Baião, onde era a família que executava todas as tarefas agrícola.

Neste contexto, começa a ser problemática a continuidade das explorações agrícolas, sobretudo em Baião, visto que apenas sobressaem aquelas que ainda ostentam alguma

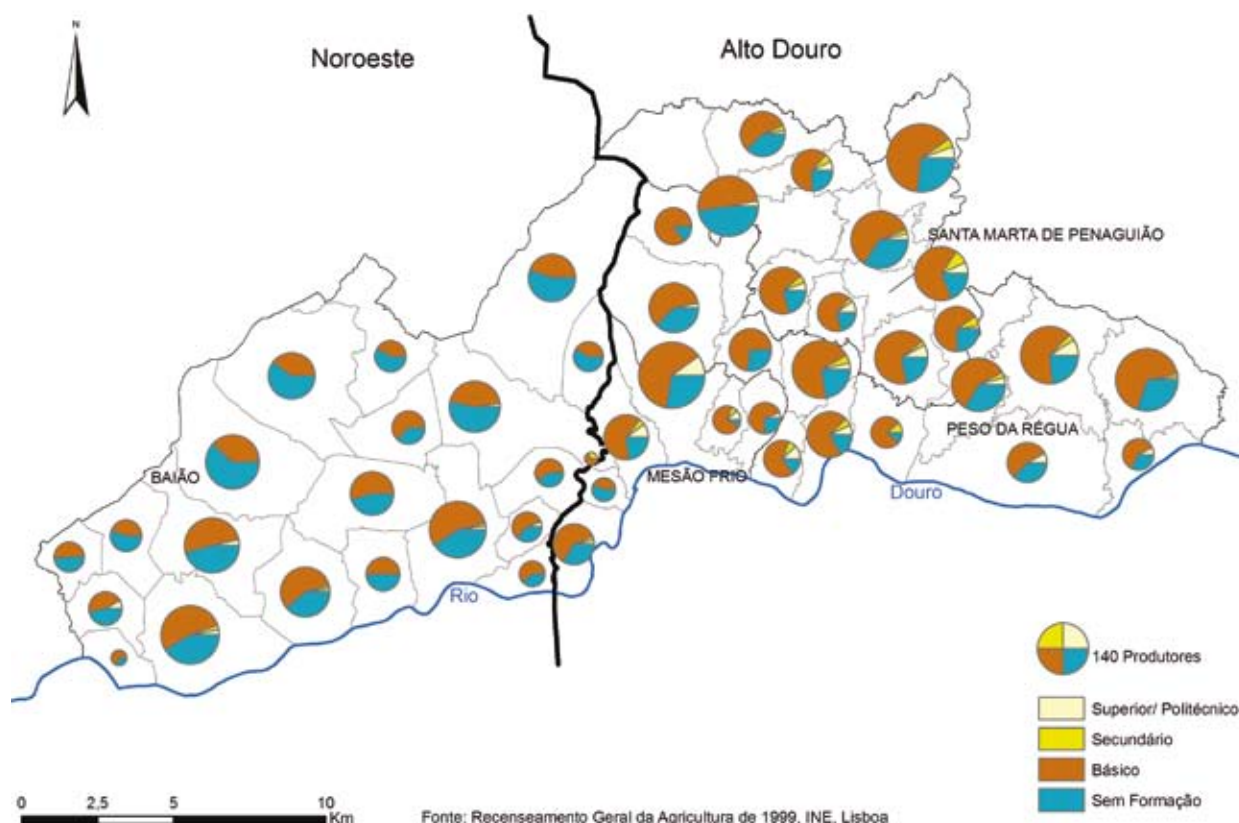


Fig.7 - Habilitações Literárias dos Produtores agrícolas nas freguesias da área em estudo em 1999

viabilidade, num quadro pluriactivo, anexadas às ocasionais apostas empresariais. Já no espaço vitícola duriense, apesar de começarem a surgir os abandonos, enquanto permanecer o actual mecanismo de rateio da produção de Vinho do Porto, continua a justificar-se a manutenção da exploração, apesar do deficiente quadro fundiário. Obviamente, é a dupla actividade que o possibilita, mas abreviando-se os trabalhos agrícolas e descuidando a manutenção de infra-estruturas como os terraços. Aposta-se ainda em alguma mecanização.

Relativamente às médias e grandes explorações, o cenário é distinto dado que é um quadro economicista que domina. Para atingirem os seus desideratos os empresários não se inibem e transformam radicalmente a paisagem para introduzirem a mecanização que substitui a mão-de-obra cada vez mais rara. Renovam os vinhedos e melhoram-nos qualitativamente, mas introduzindo novas tipologias de terraços, aquelas que facilitam a introdução de mecanização, ignorando as máquinas adaptadas aos terraços tradicionais. É óbvio que as infra-estruturas têm de ser modernizadas, mas deveria

existir regras técnicas e apoios financeiros que preservem uma paisagem inolvidável. Aliás, com a sua adulteração, inviabilizam-se outras potencialidades regionais, como o turismo.

Outra situação também preocupante decorre da anulação dos canais de escoamento num solo cascalhento e, nas renovações da vinha, do derrube dos muros de suporte num solo ainda com fraca coalescência. Os prejuízos sucedem-se, bem como a degradação paisagística. Perante este enquadramento e a existência de excedentes vínicos, perspectivase a ampliação dos prejuízos o que coloca em causa a manutenção deste património duriense (Figura 9).

CONCLUSÃO

São indesmentíveis as diferenciações paisagísticas existentes entre Baião e o espaço vitícola duriense, decorrentes de múltiplos factores de âmbito físico, mas sobretudo de matriz humana. Ao longo do seu historial cons-

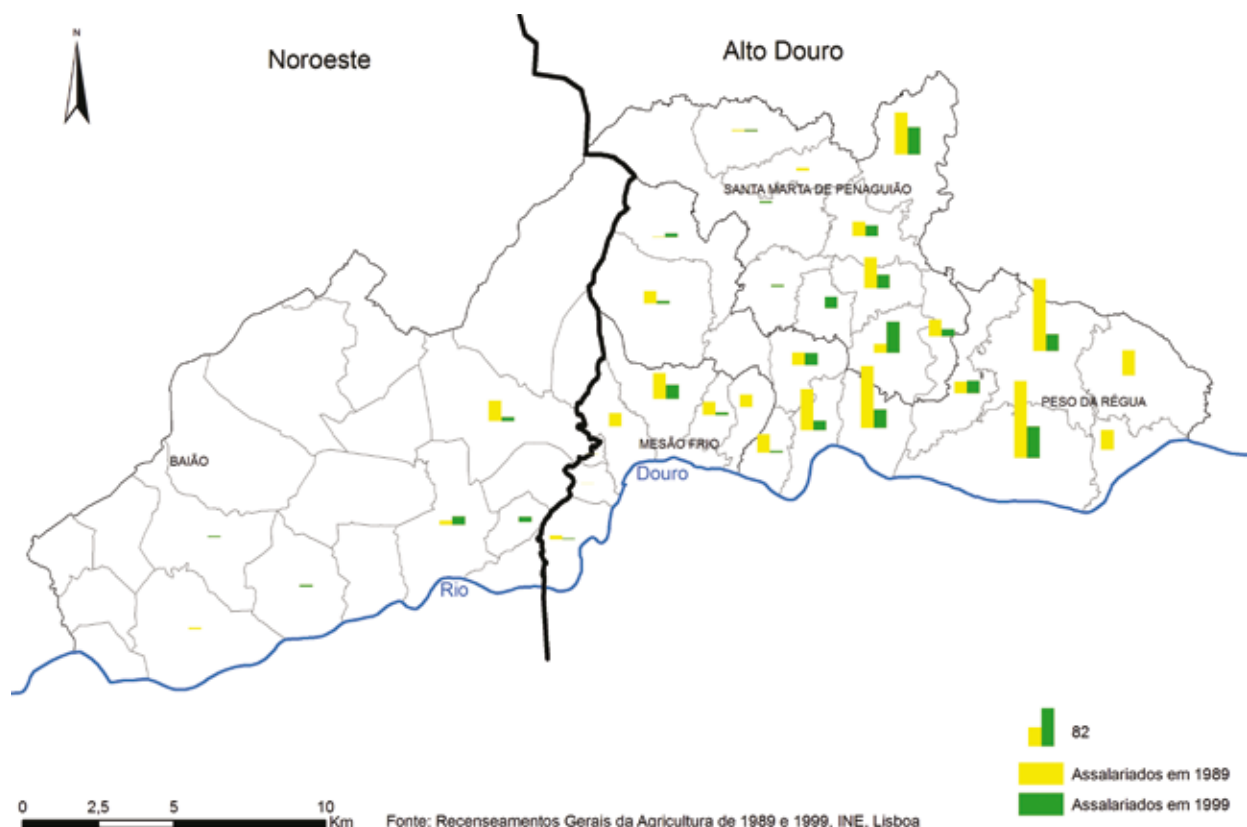


Fig.8 - Número de assalariados das explorações agrícolas nas freguesias da área de estudo em 1989 e 1999

truiu-se uma paisagem de terraços, graníticos em Baião, onde se desenvolveu uma policultura tradicional, inviável em termos económicos, xistentos e rentáveis na RDD, ocupados pela monocultura da vinha. Estas unidades alicerçaram-se em dinâmicas diferenciadas, mas quer Baião, quer a unidade duriense, fundamentam o seu quadro económico num sector agrícola que, apesar de incisivo, tenta sobreviver a múltiplas debilidades que ainda se avolumam em Baião, razão pela qual aí proliferam os abandonos. Por seu lado, nos espaços vitícolas durienses, particularmente nas freguesias com maior incidência empresarial, apesar do contexto positivo, a utilização de técnicas menos adequadas pode também colocar em causa a preservação e a sustentabilidade destas paisagens.

Neste contexto, é nítida a situação vulnerável destas paisagens de terraços, sendo que tal vulnerabilidade evidencia diversos níveis (Figura 9). De facto, as freguesias menos vulneráveis (nível 1) correspondem às vinhateiras do Peso da Régua, núcleo que se prolonga para

Santa Marta de Penaguião, a registarem uma forte aposta empresarial. O segundo nível envolve o núcleo anterior, englobando também amplos vinhedos mas menos categorizados, razão pela qual aumenta a vulnerabilidade, sobretudo quando se ascende em altitude e se estende para Oeste, abrangendo este caso as freguesias de Baião onde surgiram apostas empresariais recentes no vinho verde. É indelmentível a importância económica da vitivinicultura na preservação destes territórios, se existir contenção e responsabilidade nas mutações técnicas.

Prosseguindo para o nível 3, cresce a vulnerabilidade destas paisagens, aumentando a dificuldade da sua preservação. Com efeito, este grupo abarca já freguesias sujeitas a fortes pressões imobiliárias, como são as que registam uma forte expansão urbana, a que se anexam as que possuem um enquadramento geomorfológico adverso, seja uma orientação a Norte ou um elevado declive, o que sucede a altitudes já significativas (acima dos 500 metros), ou nas freguesias ribeirinhas do conce-

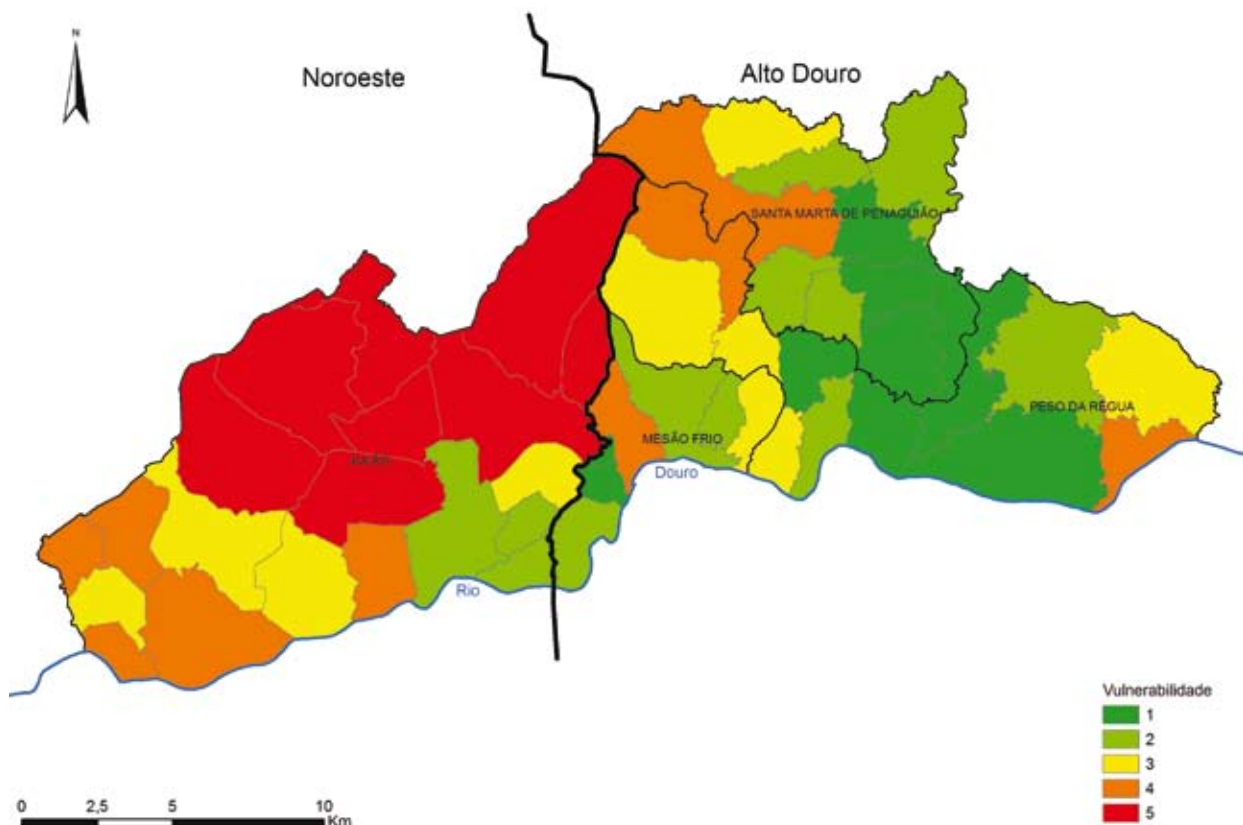


Fig.9 - Vulnerabilidade das explorações agrícolas nas freguesias da área de estudo em 1999

lho de Baião. Porém, o espaço mais preocupante (níveis 4 e 5), abrange cerca de 75% do concelho de Baião, incidindo particularmente nas freguesias implantadas a elevadas altitudes. Na verdade, aí os abandonos agrícolas ultrapassam já os 50% de SAU.

É, efectivamente necessário minimizar estas vulnerabilidades sob o risco de se perder um valioso património ambiental e cultural, apesar de sujeito a múltiplas problemáticas. Neste estudo fez-se sobressair duas das fulcrais, a deficiente estrutura fundiária e o débil perfil cultural dos agricultores. Ficou demonstrado, porém, que qualquer uma das unidades territoriais tem potencialidades a explorar, além de ser obrigatória a sua preservação, até porque uma delas, dadas as suas especificidades à escala mundial, foi classificada como Património da Humanidade.

Que estratégias adoptar então? Como conciliar a tradição com a modernidade? Há que investir primeiramente no agricultor, induzindo-o ao associativismo, único meio de ultrapassar a deficiente estrutura fundiária. Mas, para a sua realização, ou mesmo para a concretização de um eventual emparcelamento, exige-se uma ampla aposta na informação e na formação dos viticultores e assalariados agrícolas, os efectivos preservadores de uma paisagem secular e de um património que está a implementar a multifuncionalidade. É a situação na RDD. E em Baião? O cenário é extremamente preocupante, de modo particular o sector agropecuário, aquele que sustentou a paisagem local e o quadro sócio-económico; exige-se a sua preservação, única forma de travar a degradação paisagística.

Estamos perante um quadro muito complexo, a que falta uma articulação de todos os serviços no sentido de se implementar uma estratégia polifacetada. Se não se registar uma reestruturação conjuntural, com especial destaque da estrutura fundiária, mas indexada à melhoria do perfil cultural dos actuais agricultores, bem como dos seus herdeiros e dos

assalariados, o abandono pode incrementar-se, abrangendo a RDD, dada a permanência de múltiplas vinhas tradicionais, estruturadas em terraços muito exigentes em mão-de-obra.

É toda uma dinâmica que se tem de implementar, devendo multiplicar-se os projectos de reestruturação e de aumento de qualidade que aproveitem os subsídios comunitários inscritos no QREN, nomeadamente os associados à renovação dos vinhedos e à manutenção dos terraços tradicionais, ou à formação técnica dos produtores e assalariados. Assim se desenvolverá um espaço paradigmático, impedindo a descaracterização da paisagem. Para tal é necessário motivar e coordenar o quadro social das duas unidades territoriais em análise, sem desvirtuar as suas especificidades e o património autóctone. Daí a importância de projectos como o TERRISC.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, F. B. (2000) – *Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial*. Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra: 83-90.
- CALDAS, J.; REBELO, J. (2000) – *Technical efficiency and productivity growth in the farming system of the Douro Region, Portugal: a stochastic frontier approach (SFA)*. Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, 1: 91-108.
- COMISSÃO de Coordenação da Região Norte (1998) – *Plano estratégico para o desenvolvimento económico e social 2000-2006*, CCRN, Porto.
- COSTA, A. P. (2000) – *Financiamento da iniciativa microempresarial e território*, in Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu, Actas do VII Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Edição APDR/IERU, Coimbra, 2: 571-588.
- CRISTOVÃO, A. (1999) – *Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro*. Douro – Estudos e Documentos, GEHVID, Porto, 4 (8): 19-31.
- FAUVRELLE, N. [et al] (Coord. BIANCHI DE AGUIAR, F.) (2000) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Fundação Rei Afonso Henriques, Vila Real.
- HERMENEGILDO, C.; PINA, H.; PEREIRA, S.; SEIXAS, A. (2006) – *Agricultura em terraços: os casos de Baião, Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião*. Jornadas sobre Terraços e Prevenção de Riscos Naturais, Parque de Tecnologias Ambientais de Maiorca, Palma de Maiorca, (no prelo).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1989) – *Recenseamento Geral da Agricultura de 1989*. INE, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) – *Recenseamento Geral da Agricultura de 1999*. INE, Lisboa.
- MARQUES, H. (2000) – *Modernidade e inovação na ruralidade do noroeste de Portugal: expectativas, intervenções e resultantes*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- PINA, M. H. M. (2003) – *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 582 p.
- PINA, M. H. M. (2004) – *A expansão e a reconversão vitícola na Região Demarcada do Douro- algumas problemáticas*. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa (no prelo)
- PINA, M. H. M. (2004) – *Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitivinícolas durienses*. Actas do 2º Encontro Internacional da História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro, Douro – Estudos e Documentos, GEHVID, Porto, 3 (19): 203-236.
- REBELO, V. (1995) – *Estrutura Fundiária, mão-de-obra e tecnologia na viticultura duriense*. Um estudo das dinâmicas locais recentes, UTAD, Vila Real.
- SANTOS, F. (2000) – *Mecanização das vinhas tradicionais da Região Demarcada do Douro*. PAMAF (Relatório Final), UTAD, Vila Real